



SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

COLECTÂNEA

2011

**aid**memoire





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

## Principais Actividades da SECM

### Imagem do IV Governo Constitucional para 2011

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

1.



À semelhança dos anos anteriores, a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros, desenvolveu e produziu a Imagem do IV Governo Constitucional para o anos de 2011. Os elementos gráficos são:

1. Calendário de Parede com as fotografias de todos os Membros do Governo;
2. Cartão de Boas Festas Nacional de S.Ex.a o Primeiro-Ministro;
3. Cartão de Boas Festas Internacional de S.Ex.a o Primeiro-Ministro;
4. Cartão de Boas Festas dos Membros do Governo;
5. Bloco de Notas;
6. Agenda e Calendário de Mesa;

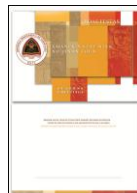
2.



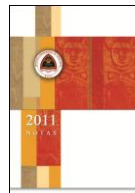
3.



4.



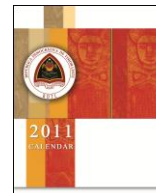
5.



6.



7.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

## Principais Actividades da SECM



O principal objectivo do CEFTEC - Centro de Formação Técnica em Comunicação é formar, funcionários com vínculo à função pública, em técnicas de comunicação interministerial e de comunicação entre os organismos do Governo e a Sociedade Civil.

O CEFTEC visa numa comunicação de qualidade entre o Governo e os meios de comunicação social nacional e internacional. Assim, pretende-se o aperfeiçoamento e qualificação dos Profissionais de Comunicação da Administração Pública.

As actividades do Centro prevêm cursos e seminários de carácter prático, no âmbito da comunicação, informação, novas tecnologias e metodologias.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

## Principais Actividades da SECM



radio-akbd.gov.tl

**Programa de Rádio AKBD (91.7 FM)**  
•Tétum – Terça-feira às 19h em directo  
•Português – Domingo a partir das 16h

Tendo em vista a comunicação global e abrangente do Governo com todos os cidadãos timorenses em território nacional, com as comunidades timorenses residentes no estrangeiro e com a comunidade internacional, a SECM desenvolveu uma plataforma de comunicação, via internet, que visa a transmissão online da Rádio Timor-Leste apoiando, desta forma, a RTL a desempenhar as suas funções no que diz respeito ao direito público à informação radiofónica.



Com este inovador projecto de modernização do programa de Rádio do Governo, o Governo estará mais próximo da sociedade civil através: dos computadores - com a página de internet, do email - com as newsletters, dos telemóveis e todos os equipamentos móveis com acesso à internet, da imprensa nacional nos jornais e nas redes sociais com a página “Kolega sira Adeus Konflitu Benvindu Desenvolventu”.

Estaremos na linha da frente dos Estados mais avançados tecnologicamente e utilizaremos definitivamente nos canais de disseminação de informação do Estado uma linguagem característica das sociedades contemporâneas - a multimédia.



**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros



SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

## Principais Actividades da SECM

### Protocolo entre a SECM e o CEGER

#### Assinatura do Procolo de Colaboração Tecnológica com o Centro de Gestão das Redes Informáticas do Governo de Portugal (CEGER) – 3 de Junho de 2011

O CEGER é a entidade responsável, em Portugal, pela vertente da governação electrónica, com foco na segurança electrónica, comunicações e informatização do procedimento legislativo e dos serviços:

- Procedimento Legislativo Electrónico;
- Gestão e *Workflow* Documental;
- Sistema de Informação Jurídica;
- Infra-estrutura Tecnológica na Governação;
- Qualidade e Serviços na Governação.



AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Dezembro 2010

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Nomeação do Reitor da Universidade Nacional Timor Lorosae (Ministério Educação)** - O Conselho de Ministros elegeram, o Dr. Aurélio Guterres para o cargo de Reitor da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL). A lista dos candidatos era composta por: Dr. Aurélio Guterres, Dr. Faustino Cardoso e Dr. Francisco Martins.

Saliente-se que o Reitor eleito não poderá assumir outros cargos que entrem em conflito com a sua disponibilidade total de se dedicar à consolidação do desenvolvimento institucional da UNTL.

• **Decreto que Aprova a Lei Orgânica e Estatuto da Pessoal da Polícia de Investigação Criminal de Timor-Leste (Ministério da Justiça)** - A Polícia de Investigação Criminal (PIC) fica sob a dependência orgânica do Ministério da Justiça, actuando na dependência funcional do Ministério Público, coadjuvando as autoridades Judiciárias. A sua competência consiste em investigar, em todo o território nacional, os crimes previstos na lei, sem prejuízo das competências específicas de outras entidades. A criação da PIC como organismo autónomo, separado da estrutura da PNTL, surge da necessidade de dar uma resposta mais eficaz no combate à criminalidade, o que só será possível com uma estrutura independente, com quadros altamente especializados, suportados por um laboratório de polícia científica e a funcionar em edifício próprio.

Com este diploma, ficam criadas as condições para iniciar o recrutamento e a formação dos futuros polícias de investigação, bem como a criação das infra-estruturas físicas necessárias à instalação deste serviço, que deverá entrar em actividade, previsivelmente, no prazo de dois anos.





# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

Dezembro 2010

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto-Lei que Aprova o Regime de Compensações por Desocupação de Imóveis do Estado (Ministério da Justiça).**- A defesa e a consolidação do património do Estado, de acordo com a Constituição, é da responsabilidade do Govern. Por força da história recente de Timor-Leste, existem ainda hoje inúmeros bens imóveis do Estado que se encontram ocupados ilegalmente e/ou ilegalmente. Para a resolução destas situações, é necessário criar mecanismos que reponham a legalidade da posse de tais bens, salvaguardando, no entanto, o impacto social que a tomada destas medidas forçosamente acarreta. São, assim, excepcionalmente previstas compensações ao realojamento daqueles que, embora ocupem ilegalmente imóveis do Estado, tenham neles permanecido por determinado tempo, e constituído aí o seu agregado familiar, e cuja condição se revele humanitariamente atendível.

• **Decreto-Lei : Equiparação Salarial e Profissional das Carreiras de Super Intendente Distrital e de Inspector Escolar do Minisério da Educação (Ministério da Educação)** - A Lei Orgânica do Ministério da Educação do IV Governo Constitucional previu os serviços de inspecção, garantindo o necessário enquadramento legal e profissional ao Inspector-Geral, ao Subinspector Geral e aos Directores Regionais. Contudo, tratou-se de um diploma omissivo relativamente ao enquadramento profissional dos Super Intendentes Distritais e Inspectores Escolares, cujo conteúdo funcional foi devidamente enquadrado, mas sem que se procedesse à respectiva equiparação para efeitos remuneratórios e demais regalias profissionais. Atento a esta situação o Ministério da Educação incluiu os recursos financeiros necessários para fazer face a esta equiparação salarial na planificação da sua folha salarial para o Orçamento de Estado para 2010.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

## Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Dezembro 2010

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto-Lei sobre o Estatuto do Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (Ministério da Educação)** - Este diploma regula os termos da criação, organização e funcionamento do Estatuto do Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (cuja criação está prevista na nova Lei Orgânica do Ministério da Educação). Os objectivos deste Instituto são: responder ao enorme desafio de requalificação dos docentes em exercício de funções, como determina o Estatuto da Carreira Docente; promover a investigação necessária às melhores práticas na óptica da formação de docentes; desenvolver os currículos de todas as modalidades de formação; e garantir capacidade e eficiência na prestação dos seus serviços em todo o território nacional para a prossecução da qualificação do sistema de Educação e Ensino como pressuposto do sucesso escolar dos alunos.

• **Decreto-Lei sobre o Regime de Licenciamento Ambiental (Ministério da Economia e Desenvolvimento)** - O sistema concebe a atribuição de licenças ambientais e sua fiscalização, como uma consequência lógica do procedimento de avaliação ambiental dos projectos, criando, assim, um procedimento integrado e uma processo simplificado de prevenção dos impactos negativos ambientais e de controlo da poluição dos projectos. Timor-Leste ratificou várias Convenções Internacionais celebradas no âmbito da Organização das Nações Unidas como é exemplo a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC). Cumprindo as obrigações internacionais decorrentes da CQNUAC, o Estado tem, agora, o dever de implementar um conjunto de medidas estratégicas direccionadas para dar resposta às necessidades ambientais decorrentes das mudanças climáticas no país.







SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Dezembro 2010

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

- **Decreto-Lei sobre o Pagamento extraordinário de um mês de salário básico ao sector público (Ministério das Finanças)** - O IV Governo Constitucional pretende levar a cabo uma política de preservação dos recursos humanos ligados à actividade do Estado Timorense, pelo que considera importante reconhecer e incentivar o bom desempenho dos seus funcionários. Esta é uma medida equitativa, ainda que de carácter excepcional, que tende a aproximar os funcionários do Estado a outros trabalhadores nacionais, colocando-os ao mesmo nível.
- **Resolução do Governo sobre os Agentes no Apoio ao Programa “Hamutuk Hari Futuru” (Ministério da Solidariedade Social)** - Atendendo à necessidade de contratar agentes para apoiar o programa Hamutuk Hari Futuru, na implementação da Estratégia Nacional da Recuperação. Para garantir que todos os que colaboraram ao longo destes 3 anos são lembrados e devidamente compensados pelos esforços, riscos e distinção num trabalho que agora se dá por terminado, o Governo resolve, nos termos da Lei, atribuir a cada um dos 44 agentes contratados para apoiar a implementação da Estratégia Nacional da Recuperação, uma compensação meritória, no valor de um mês de salário por cada ano trabalhado.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Dezembro 2010

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Resolução do Governo sobre os Deslocados no Quartel de Baucau (Ministério da Solidariedade Social)** - Nos anos transactos, o país atravessou momentos trágicos que levaram milhares de cidadãos timorenses a deslocarem-se e a procurarem abrigo longe das suas casas, obrigando o Governo a orientar todos os esforços legais, logísticos e financeiros em prol de uma resolução rápida e eficaz da situação na altura vigente. Atendendo a este auxílio, a maioria da população deslocada regressou entretanto, aos seus locais de residência habitual. Para garantir que todos os deslocados foram visados e tiveram acesso às ajudas, o Governo atribuiu uma compensação financeira equivalente à já auferida pelos demais deslocados, às 53 pessoas registadas como deslocadas no Quartel de Baucau, no valor de 1600 dólares americanos.

• **Resolução do Governo sobre Tributo do Estado a Combatentes da Libertação Nacional (Ministério da Solidariedade Social)** - À margem dos direitos legalmente previstos no Estatuto, o Governo distinguiu, em Novembro de 2007, 204 Combatentes da Libertação Nacional com 15 ou mais anos de participação na Frente Armada, atribuindo uma prestação pecuniária única, no montante de US\$ 9.600,00 ao qual foi dado o nome de “Tributo do Estado”. A referida prestação foi atribuída de acordo com o previsto na Lei de OGE para o período transitório de Agosto a Dezembro de 2007. Considerando que o “Tributo do Estado” foi atribuído apenas a uma parte dos Combatentes da Libertação Nacional com 15 ou mais anos de participação na Frente Armada e que o Parlamento Nacional aprovou, na Lei do OGE para o ano fiscal de 2010, uma verba para pagamento de um novo “Tributo”. O Governo resolve nos termos da Lei, atribuir um “Tributo do Estado” aos restantes Combatentes da Libertação Nacional com 15 ou mais anos de participação na Frente Armada.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Dezembro 2010

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

- **Resolução do Governo sobre Garantia Reais de Crédito no âmbito de Procedimento Aprovisionamento e Contratação Públicas na área de Construção Civil (Ministério das Infra-Estruturas)** - Contudo, as empresas nacionais de construção civil ou de consultoria técnica civil, têm demonstrado dificuldades sistemáticas em satisfazer a exigência de prestação de garantias nas formas legalmente previstas. Isso impede-as de participar, sobretudo, nos procedimentos de aprovisionamento e contratação públicas de valor mais elevado, ainda que disponham de capital social, capacidade técnica e profissional para serem classificadas nas categorias B1 e B2, definidas no Decreto-Lei sobre o Regime Jurídico de Certificação e Inscrição de Empresas de Construção Civil e Consultoria Técnica Civil, as quais permitem a realização de obras e trabalhos de valor entre USD \$ 250,000 e USD \$ 1,500,000. Importa, por conseguinte, criar um regime transitório de prestação de garantias, de modo a ultrapassar este impasse. Pelo que o Estado aceita a prestação de garantias reais de crédito, nomeadamente por meio da constituição de hipoteca sobre bens imóveis devidamente registados em nome das empresas nacionais de construção civil ou de consultoria técnica civil concorrentes ou adjudicatárias, em substituição das demais formas previstas no Regime Jurídico de Aprovisionamento e no Regime Jurídico dos Contratos Públicos.

O Governo resolve nos termos da Lei, estabelecer um regime transitório de prestação das garantias previstas no Regime Jurídico do Aprovisionamento e no Regime Jurídico dos Contratos Públicos, por meio de garantias reais de crédito, em alternativa e por cumulação às demais formas legalmente admitidas.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Janeiro 2011

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Resolução do Governo sobre Ajuda Financeira à Austrália devido às Inundações (Primeiro-Ministro)** - Considerando que a solidariedade e a fraternidade entre os povos são princípios fundamentais considerandos na Constituição de Timor-Leste. Tendo em conta as inundações que estão a afectar a Austrália, principalmente o Estado de Queensland, com efeito devastadores.

O Governo da República Democrática de Timor-Leste, nos termos da alínea c) do artigo 116.º da Cosntituição atribuir um apoio financeiro, no valor de USD 500.000 ( Quinhentos mil dólares americanos), de forma a ajudar o país a ultrapassar as perdas humanas e materiais.

• **Proposta de Delegação de Timor-Leste para Encontros Bilaterais com a Santa Sé** - O Conselho de Ministros aprovou a composição da delegação de Timor-Leste que irá participar nos encontros bilaterais com a Santa Sé para discutir o projecto de Concordata que está a ser desenvolvido entre as duas partes.

A delegação é composta por quatro membros do Governo, nomeadamente:

- Zacarias Albano da Costa, Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- Lúcia Lobato, Ministra da Justiça;
- João Câncio Freitas, Ministro da Educação;
- Domingas Fernandes, Ministra da Solidariedade Social.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Janeiro 2011

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

- **Nomeação dos Representantes do Governo no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Timor- Leste, E.P. (Primeiro-Ministro/Secretaria de Estado do Conselho de Ministros)** - Guilherme da Silva e Paula Rodrigues foram nomeados representantes do Governo no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Timor-Leste, E.P. (RTTL, E.P.) para um mandato de quatro anos. O Conselho de Opinião, de acordo com os Estatutos da RTTL, E.P. tem como competência principal consultar e emitir parecer sobre os planos anuais e plurianuais de actividade e financeiros, bem como sobre os orçamentos de exploração e investimento e os documentos de prestação de contas.
- **Resolução que aprova a Ajuda Financeira ao Brasil devido às cheias e deslizamentos de terras ( Primeiro-Ministro)** - Na sequência das inundações e deslizamentos de terras que estão a afectar o Brasil, em especial a região serrana do Rio de Janeiro, de forma devastadora, o Conselho de Ministros, em acto de solidariedade, fraternidade e apoio para com o povo e autoridades daquele país, aprovou a atribuição de uma ajuda financeira no valor de 500 mil dólares norte-americanos.
- **Resolução que aprova a Ajuda Financeira ao Sri Lanka devido às inundações (Primeiro-Ministro)** - O Conselho de Ministros, em acto de solidariedade, fraternidade e apoio para com o povo e autoridades do Sri Lanka aprovou a atribuição de uma ajuda financeira no valor de 500 mil dólares norte-americanos para ajudar a ultrapassar as perdas humanas e materiais que se registam naquele país devido às fortes inundações que provocaram mais de um milhão de deslocados.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Fevereiro 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Projecto de Criação de Indústrias Criativas em Timor-Leste (Ministério da Educação/Secretaria de Estado da Cultura)** - As Indústrias Criativas (também denominadas como Indústrias de Cultura ou Economias Criativas) são definidas pela UNESCO como indústrias que “produzem resultados artísticos e criativos tangíveis e intangíveis, e que contêm um potencial de criação de riqueza e rendimentos através da exploração de benefícios culturais e de bens e serviços de conhecimento base (de carácter tradicional e contemporâneo)”. O “Creative Industries Development & Timor-Leste project” foi fundado pela Griffith University e pela AusAID e foi desenvolvido em colaboração com a Secretaria de Estado da Cultura.

O Conselho de Ministros encarregou a SEC de apresentar um plano detalhado e esquematizado do projecto. Ficou, ainda, agendada, para este ano, a realização de uma Conferencia Internacional, em Timor-Leste, sobre a criação de uma Escola de Arte e o desenvolvimento deste projecto.

• **Decreto-Lei Regime Jurídico Transitório Aplicável à Confederação do Desporto de Timor-Leste (Primeiro-Ministro/Secretaria de Estado da Juventude e Desporto)** - A Confederação do Desporto de Timor-Leste transita temporariamente para a dependência directa do membro do Governo responsável pela área do desporto até à sua efectiva constituição e funcionamento.

A Confederação do Desporto de Timor-Leste, de acordo com a Lei de Bases do Desporto, é a associação que tutela as federações desportivas, tendo por função a promoção do desenvolvimento e a participação destas nos eventos desportivos de Timor-Leste.





# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

Fevereiro 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

- **Alteração à Lei sobre o Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional (Ministério da Solidariedade Social)** - O artigo n.º 27 da Lei n.º 3 / 2006, sobre o Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional, é alterado, passando a incluir o n.º 14, que prevê o pagamento da Pensão de Sobrevivência aos filhos menores do Mártir ou Combatente da Libertação Nacional, quando o respectivo titular preferencial (cônjuge) falecer. O IV Governo Constitucional tem vindo a constatar que a Pensão de Sobrevivência, destinada aos familiares dos Mártires e Combatentes da Libertação Nacional falecidos não assegura o sustento dos filhos menores em caso de falecimento do titular preferencial da pensão, isto é, o cônjuge sobrevivente.
- **Alteração ao Decreto-Lei sobre as Pensões dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional (Ministério da Solidariedade Social)** - O regime de aquisição do direito à pensão, constante no Decreto-Lei n.º 15 / 2008, de 4 de Junho, é alterado, deixando de estar directamente relacionado com o momento do requerimento da pensão, passar a ser pago com retroactivos desde o mês de Janeiro do ano em que o Combatente ou Mártir é oficialmente reconhecido como tal (na prática, com a publicação de editais a par da decisão final em matéria de registo).
- **Decreto-Lei que aprova o novo Código das Custas Judiciais (Ministério da Justiça)** - Este diploma elabora um novo Código de Custas, mais fácil de aplicar e que contém, ao mesmo tempo, mecanismos que tornam o acesso aos tribunais mais acessível a todos, independentemente da situação económica.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Fevereiro 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Plano de Acção para a Criação do Banco de Investimento e Desenvolvimento de Timor-Leste (Ministério da Economia e Desenvolvimento)** - O Conselho de Ministros aprovou o Plano de Acção para a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento, para os próximos meses. Este Plano de acção surge na sequência do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido para a criação desta instituição, um objectivo, desde logo expresso no programa do IV Governo Constitucional, onde se lê que o Banco Nacional de Desenvolvimento será um “instrumento financeiro para apoio a um Modelo de Desenvolvimento Económico Sustentado de Timor-Leste, de capitais maioritariamente públicos”.

• **Resolução que aprova a concessão do terreno para a construção do Hospital of Hope (Primeiro-Ministro)** - É concedido o arrendamento, a longo prazo, do antigo Hospital Português (também conhecido como Dr. António Carvalho), em Lahane, para a edificação do futuro Hospital of Hope (HOH) em Timor-Leste. Para além dos serviços de saúde planeados, que serão fornecidos, inicialmente, por profissionais vindos da Austrália e de outros países, este projecto tem, também, como objectivo promover a formação profissional a timorenses para que possam, futuramente, assumir a gestão do HOH e providenciar os devidos serviços clínicos.







SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Fevereiro 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto-Lei Primeira Alteração ao Decreto-Lei n.º 22/2009, de 10 de Junho, que Aprova o Estatuto da Inspeção-Geral do Estado (Primeiro-Ministro)** - de acordo com o Regime de Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública, sempre que se estabeleçam designações específicas com poderes de direcção e chefia em unidades ou subunidades orgânicas, como é o caso do Inspector-Geral do Estado e do Inspector-Geral Adjunto, deve prever-se a sua equiparação a um cargo de direcção e chefia, designadamente para efeitos de remuneração - questão que não estava, ainda, prevista no Estatuto da Inspeção-Geral do Estado.

• **Decreto-Lei que aprova o Instituto Nacional de Saúde (INS) (Ministério da Saúde)** - O presente diploma transforma o Instituto de Ciências de Saúde (ICS) em Instituto Nacional de Saúde, vocacionado para a formação contínua em exercício dos profissionais da saúde. Esta transformação surge da constatação, por parte do Ministério da Saúde, da necessidade de formação contínua dos seus profissionais da saúde, de forma a garantir a melhoria da prestação de cuidados, atendendo às necessidades estratégicas de desenvolvimento do sector a médio e longo.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Fevereiro 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto-Lei que aprova o Estatuto da Utilidade Pública Desportiva das federações desportivas (Primeiro-Ministro/Secretário de Estado da Juventude e Desporto)** - O Estatuto de Utilidade Pública Desportiva confere às federações desportivas que o tenham recebido, competência para o exercício, em exclusivo, dentro do respectivo âmbito, de poderes regulamentares disciplinares e outros de natureza pública. Confere, também, a possibilidade de beneficiar de subsídios ou participações, bem como de apoios de qualquer natureza, seja em meios técnicos, materiais ou humanos. O presente diploma visa desenvolver a Lei de Bases do Desporto, estabelecendo o regime jurídico e as condições de atribuição, e, ainda, dos processos de suspensão e cancelamento do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva das federações desportivas que não cumprirem com as suas obrigações.

• **Decreto-Lei Agência de Desenvolvimento Nacional (Ministério das Finanças)**  
- A Agência de Desenvolvimento Nacional tem como competências avaliar, de forma mais rigorosa, os projectos de capital de desenvolvimento, baseada na análise do respectivo custo-benefício, monitorizar a implementação e a execução dos projectos através de um sistema de certificação de qualidade, contribuindo, assim, para a racionalização dos recursos financeiros disponíveis e para o desenvolvimento nacional e a actividade económica, quer a nível nacional, quer a nível local. Trata-se de um serviço integrado na administração directa do Estado, dotado de uma estrutura orgânica flexível, que visa facilitar, com ganhos de eficácia e de segurança, a contratação de projectos de capital de desenvolvimento, a gestão e acompanhamento dos projectos integrados em programas de desenvolvimento distrital e local, e o controlo dos respectivos custos.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Fevereiro /Março 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto-Lei Fundo de Infra-Estruturas (Ministério das Finanças)** - Este Fundo destina-se a financiar a implementação de um conjunto de infra-estruturas que envolve grandes investimentos em projectos plurianuais e que responde às necessidades de Timor-Leste.

Trata-se de um instrumento financeiro mais adequado à natureza plurianual dos programas e projectos de infra-estruturas a realizar no país, permitindo que os recursos, uma vez programados, não possam sofrer restrições ou perdas a ponto de comprometer todo o projecto.

Desta forma, o Fundo das Infra-estruturas permite ao Estado financiar projectos plurianuais de capital de desenvolvimento, de forma mais segura, transparente e responsável.

• **Resolução do Governo que Nomeia o Comissário-Geral de Timor-Leste para a Exposição Internacional Expo 2012 Yesou, Coreia do Sul (Gabinete do Primeiro-Ministro)** - O Conselho de Ministro nomeou o Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, Gil Alves, para exercer as funções de Comissário-Geral de Timor-Leste para a “Expo 2012 Yesou, Coreia do Sul”. A exposição internacional irá decorrer entre 12 de Maio e 12 de Agosto de 2012, propõe uma visão sustentável da diversidade dos oceanos e da costa marítima.

Timor-Leste participará neste evento com o objectivo de continuar a promover além-fronteiras (após a “Expo 2010 Xangai, China”) a sua imagem e identidade nacional, bem como as potencialidades de desenvolvimento económico de que dispõe.





# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

Março 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto-Lei que Aprova do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (Ministerio das Finanças)** - O FDCH, previsto no OGE para 2011, faz parte de um plano de desenvolvimento dos recursos humanos nacionais, que envolve um grande esforço de investimento público em programas plurianuais de formação.

É um mecanismo de financiamento adequado à natureza plurianual dos programas, cujas verbas não caducam no final do ano financeiro.

Desta forma, reduz-se a tendência para a acumulação dos gastos na parte final do ano e permite-se que as actividades associadas aos programas e projectos decorram ao longo de todo o ano de forma contínua e sem interrupções.

Tem como objectivo melhorar o planeamento, gestão e execução dos projectos e, simultaneamente, assegurar uma maior transparência nos gastos públicos relativos às despesas com a formação e desenvolvimento dos recursos humanos, quer através de mecanismos de escrutínio dos programas, projectos e acções a financiar pelo Fundo, quer por permitir a prestação de contas em relação ao custo total dos projectos.

• **Alteração ao Decreto-Lei No 10/2005, de 21 de Novembro, que Aprova o Regime Jurídico do Aprovisionamento ( Ministério das Finanças)** - O presente diploma tem como objectivo incluir duas novas entidades: o Conselho de Administração do Fundo das Infra-estruturas e o Conselho de Administração do Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano, no Regime Jurídico do Aprovisionamento.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

Março 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

## Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

• **Decreto-Lei Orgânica do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (Ministério do Turismo, Comércio e Indústria)** - Passados mais de três anos do estabelecimento da Orgânica do MTCI é necessário ajustar a estrutura organizacional à nova realidade económica e social do país.

Este diploma, na prática, faz corresponder as direcções-gerais aos sectores a cargo do MTCI, uma para o Turismo e, por razões de economia, outra para o Comércio e Indústria, criando-se uma outra para todas as questões corporativas, designadamente para o planeamento e gestão financeira, de recursos humanos e materiais, IT, aprovisionamento e logística.

• **Decreto-Lei que estabelece a Comissão Nacional de Aprovisionamento (Ministério das Finanças)** - A CNA surge na sequência da aprovação de um sistema de aprovisionamento mais eficiente e eficaz e que envolve novas entidades que participam no processo, tais como a Agência de Desenvolvimento Nacional e o Secretariado de Grandes Projectos.

É com o objectivo de prestar um melhor serviço de aprovisionamento aos ministérios e restantes entidades públicas, nomeadamente em grandes projectos de infra-estruturas, e de alcançar a transparência adequada.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Março 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Resolução do Governo sobre o período transitório na Polícia Nacional de Timor-Leste (Gabinete do Primeiro-Ministro/ Ministrero da Defesa e Segurança)** - O presente diploma prorroga o período transitório e a actividade da Comissão de Promoções da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), por somente um ano, devido à necessidade de dar continuidade à selecção dos polícias da PNTL, recomendar a sua promoção para os postos a preencher, solidificar os resultados já atingidos na formação e comando dos polícias entretanto promovidos e prosseguir e implementar os resultados do trabalho da Comissão de Promoções na sua totalidade. O presente diploma nomeia, ainda, Longinhos Monteiro para o exercício das funções de Comandante-geral da PNTL, com o posto de Comissário, e Afonso de Jesus para o exercício das funções de 2.º Comandante-geral da PNTL, pelo período de duração do regime transitório.

• **Resolução do Governo sobre a nomeação do Presidente do Conselho Geral da Universidade Nacional de Timor-Leste (Gabinete do Primeiro-Ministro)** - O presente diploma nomeia a Madre Guilhermina Marçal como Presidente do Conselho Geral da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), com o principal objectivo de dinamizar a interacção entre a reitoria e o Conselho Geral da Universidade permitindo um maior e melhor desenvolvimento da Instituição de ensino superior. Esta nomeação foi efectuada após a análise da proposta do Reitor e demais membros do Conselho Geral da UNTL.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Março 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Proposta de Resolução sobre a Aprovação do Roteiro de Adesão da República Democrática de Timor-Leste à Associação de Nações do Sudeste Asiático - (Ministério dos Negócios Estrangeiros)** - A adesão de Timor-Leste à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é uma das prioridades do IV Governo Constitucional. Para que tal se concretize é necessário um trabalho de harmonização do ordenamento jurídico interno com acordos e convenções desta Organização, assim como o da identificação dos instrumentos prioritários a que Timor-Leste pode aderir, bem como o reforço da formação dos recursos humanos. O roteiro de adesão à ASEAN visa servir como guia para preparar Timor-Leste para se tornar um Estado membro, cobrindo várias áreas de assuntos internos do país que precisam de ser debatidas.

• **Resolução que aprova o envio de uma equipa de apoio ao Japão (Gabinete do Primeiro-Ministro)** - Na sequência da resolução aprovada no passado Sábado, na reunião extraordinária de Conselho de Ministros, sobre o envio de uma equipa de apoio para o Japão, o Governo decidiu, ainda, acrescentar a atribuição da verba de USD\$ 500,000 para ajudar, no imediato, o povo e as autoridades nipónicas a enfrentar a grave situação que se vive no país, após violentos desastres naturais e crise nuclear.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Março / Abril 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Proposta de Decreto-Lei sobre o Programa de Desenvolvimento Descentralizado I e II (Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território)** - O desenvolvimento local e o aumento da massa empresarial nos distritos são promovidos através da adjudicação de obras de construção civil a empresas locais, que vão construir e reabilitar infra-estruturas com conhecimento e responsabilidade. O PDD representa, uma medida essencial para o fortalecimento da economia nos distritos e para o incentivo ao aparecimento e desenvolvimento das empresas locais, para construção e reabilitação de infra-estruturas nos distritos. A experiência adquirida com a implementação de programas semelhantes em anos anteriores permite uma execução mais eficaz deste diploma. O documento inclui as regras relativas aos PDD I e II, definindo o procedimento de adjudicação de trabalhos de construção civil de valor até USD\$150,000 e USD\$500,000, respectivamente, a empresas locais sediadas nos sub-distritos e distritos.

• **Parcerias Público-Privadas (PPP) em Timor-Leste (Ministério das Finanças)** - Esta apresentação sobre as PPP reflecte o forte empenho do Governo em conseguir melhores serviços de infra-estruturas através de um maior envolvimento do sector privado no financiamento, construção e funcionamento destas infra-estruturas públicas. A criação de infra-estruturas através de PPP resulta num maior desenvolvimento do sector privado, podendo contribuir para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo da vida do Plano Estratégico de Desenvolvimento para 2011 a 2030.







# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

**Abril 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Projectos Hidroeléctricos de Magapu em Atsabe e Bulobo em Maliana (Secretaria de Estado da Política Energética)** - O Conselho de Ministros analisou o resultado do estudo de viabilidade sobre os projectos hidroeléctricos de Magapu e Bulobo, apresentados pela Secretaria de Estado da Política Energética, em cooperação com a agência internacional *Norplan*, que desenvolveu o estudo. Estes dois projectos enquadram-se no Programa do IV Governo Constitucional, que define que “as grandes linhas da política energética deste Governo assentam sobretudo na procura de energias alternativas renováveis, para garantir a energia necessária ao consumo doméstico e industrial, tendo em conta a preservação do meio ambiente”, assinalando como um dos objectivos: “reduzir a intensidade de dependência energética, minimizando o fluxo de importação, através da utilização de fontes de energia alternativas e renováveis, tais como: hidroeléctricas, biomassas, biogases, energia solar, turbinas, energia cinética do vento, energia química armazenada em vegetais e microrganismos, potencialmente abundantes no País”.

• **UNDIL – Universidade de Díli (Primeiro-Ministro)** - A Universidade de Díli apresentou ao Conselho de Ministros o resultado das reformas a que procedeu desde a tomada de posse da nova Direcção, em 2010. Reformas estruturais, administrativas, de gestão financeira dos currículos e das instalações, reconhecendo que há ainda muito trabalho para fazer. O Conselho de Ministros apreciou positivamente os progressos alcançados incentivando a nova Direcção a continuar o trabalho iniciado, uma vez que o objectivo comum, do Governo e da nova Direcção da UNDIL, é proporcionar a melhor formação aos cidadãos timorenses, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social, económico e cultural do País.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

## Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Abril 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Proposta de Lei que aprova o Regime Transitório da Segurança Social (Ministério da Solidariedade Social)** - estabelece um regime transitório de segurança social, inicialmente destinado a garantir as necessidades básicas de protecção social dos trabalhadores do Estado e dos seus familiares dependentes. Ainda que transitório, constitui um primeiro passo para o desenvolvimento de um sistema universal. Este regime foi elaborado com base na proposta do Grupo de Trabalho Interministerial, aprovada pelo Conselho de Ministros em Dezembro do ano passado, que determinou que o regime transitório de segurança social deveria seguir o modelo de sistema único e de repartição simples. Este diploma irá assegurar aos trabalhadores do Estado o direito ao benefício da pensão de velhice, à pensão de invalidez e à pensão de sobrevivência (em caso de morte do trabalhador) para os familiares dependentes. MSS coordena com o MF e a CFP sobre o impacto financeiro e de recursos humanos, que o diploma apresentada.

• **Decreto-Lei que aprova a Orgânica da Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça (Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça)** - O objectivo é assegurar a implementação efectiva das atribuições dos seus serviços e organismos. A PDHJ é responsável pela prestação de apoio técnico e administrativo necessário à implementação do papel do Provedor de Direitos Humanos e Justiça, nomeadamente o controlo da actividade administrativa do Estado e o poder de recomendar comportamentos aos poderes públicos para a reparação de ilegalidades e injustiças. A regulamentação desta instituição independente garante a sua capacidade de dar confiança à população e aos poderes públicos através de uma organização eficiente e especializada nas áreas do mandato constitucional do Provedor de Direitos Humanos e Justiça.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Abril 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto do Governo que Constitui a Comissão Reguladora das Artes Marciais (Secretaria de Estado da Juventude e Desporto)** - O diploma aprova os estatutos da Comissão Reguladora das Artes Marciais que tem como função supervisionar as actividades dos centros, clubes ou escolas no ensino, aprendizagem e exercício de artes marciais. A Lei n.º 10/2008, aprovada em 16 de Julho, veio estabelecer o enquadramento jurídico para a promoção, ensino e prática destas actividades, prevendo a criação e regulamentação dos estatutos da Comissão Reguladora, que este diploma vem, agora, efectivar.

• **Peace Dividend Trust (Secretaria de Estado do Conselho de Ministros)** - O *Peace Dividend Trust* é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2005, que faz a ligação entre os produtores locais para ajudar a direccionar o investimento internacional directamente para a economia local, reforçando o sector privado e aumentando o emprego. A organização apresentou ao Conselho de Ministros o projecto que tem em curso em Timor-Leste (que termina no final de Junho deste ano) no sentido de o continuar, ajustando-o ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

**Abril 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

## Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

- **Proposta de Lei da Greve (Secretaria de Estado do Conselho de Ministros / Comissão da Função Pública)** – O diploma tem como objectivo regular um direito constitucional, que pode ser utilizado pelos trabalhadores como instrumento de reivindicação dos seus interesses. A greve propicia a negociação colectiva entre os trabalhadores e a entidade empregadora no sentido de se chegar a acordo entre as partes. A Lei da Greve define as regras para o exercício deste direito e os respectivos procedimentos, como os fins a que se destina, a liberdade de adesão, as áreas de actividade em que este direito é proibido e as limitações ao seu exercício, as greves ilícitas e respectiva penalização.
- **Decreto-Lei Quadro de Qualificações de Timor-Leste (Ministério da Educação)** – O diploma estabelece uma sistema nacional de qualificações para o ensino, baseado no conjunto de critérios e padrões internacionais, directamente relacionados com os níveis de aprendizagem alcançados. O Quadro de Qualificações Nacionais de Timor-Leste é um instrumento de desenvolvimento capaz de melhorar e de garantir a credibilidade e a qualidade das qualificações existentes e o seu reconhecimento internacional. Esta medida habilita, ainda, os estudantes a tomar decisões sobre as qualificações e níveis que pretendem, bem como a identificar caminhos de progressão nas carreiras escolhidas, dentro do sistema alargado do ensino pós-secundário.





# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

**Abril 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto do Governo Atribuição de subsídio de risco aos funcionários da electricidade de Timor-Leste (EDTL) (Ministério das Infra-estruturas)** - O Conselho de Ministros considera necessário introduzir um incentivo retributivo adicional que compense os riscos a que estão sujeitos os funcionários que trabalham nos serviços de electricidade de Timor-Leste (EDTL). No exercício das suas funções estes funcionários estão sujeitos, permanentemente, a situações de *stress* e de risco físico por diversos factores, designadamente o ruído, vibrações, ambiente térmico, manipulação e transportes de cargas, riscos eléctricos, de incêndios e explosões.

• **Resolução do Governo Sobre o Reforço da Assistência ao Japão (Primeiro-Ministro)** - Depois dos desastres naturais que afectaram o Japão e que vitimaram milhares de pessoas, o país enfrenta agora uma das maiores tragédias nucleares na sua história. Os reactores nucleares na central de Fukushima, entretanto desactivada, cederam à força do sismo e à violência do tsunami, e representam um dos maiores desafios para a segurança do Japão que envereda todos os esforços para impedir as continuadas fugas radioactivas para o exterior. O Governo resolve aprovar o donativo de mais 500 mil dólares americanos para fins de assistência humanitária à população afectada, dada a impossibilidade de enviar a equipa técnico-logística ao Japão constituída por cem pessoas, e liderada pelo Senhor Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE) prevista e aprovada em anterior Resolução do Governo n.º 5/2011 de 23 de Março e cancelar a viagem da referida equipa pelos motivos de saúde pública acima explanados.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Abril 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Relatório Anual (2010) da Comissão da Função Pública (Comissão da Função Pública)** - Com um ano e meio de actividade, completado em Dezembro de 2010, a CFP apresentou o seu Relatório Anual de Actividades. No ano de 2010 a CFP fez o controlo da frequência de todos os funcionários públicos, registou cerca de 12.300 contratos temporários de trabalho, apoiou as instituições na preparação dos mapas de pessoal para a discussão orçamental, viu aprovadas as propostas do Regime dos Suplementos Salariais e da Política de Conversão de Temporários. Instaurou 164 processos disciplinares, aplicou sanções a 36 funcionários e incluiu no sistema as informações de 23.000 funcionários e agentes. A CFP destacou, ainda, a análise de mais de 11.000 candidaturas para o preenchimento de 215 vagas que, juntamente aos 400 funcionários de 2009 se traduzem em 600 novos funcionários recrutados, cerca de 90% das vagas. De realçar também as mais de 370 nomeações em comissão de serviço de directores-gerais, directores nacionais e chefes de departamento e a avaliação de desempenho realizada em toda a Função Pública.

• **Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º27/2008 que aprova o Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública (Comissão da Função Pública)** - A alteração surge da necessidade de desenvolver e especificar os detalhes sobre o recrutamento e desenvolvimento das carreiras especiais. A CFP passa a fazer a gestão dos recursos humanos e a flexibilizar a exigência de qualificação académica no recrutamento. No regime geral, existe uma alteração em relação aos salários do pessoal de direcção e chefia que passa a ter uma tabela única, ou seja, passa a existir apenas um vencimento determinado para cada cargo de chefia e direcção em vez de um valor mínimo e máximo.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Abril 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 40/2008 de 29 de Outubro, Sobre Regime das Licenças e das Faltas dos Trabalhadores da Administração Pública (Comissão da Função Pública)** - Esta primeira alteração dá autonomia aos Directores-Gerais para concederem as licenças sem vencimento. As licenças com fins académicos dependem do regime da formação e desenvolvimento a ser ainda aprovado pelo Governo. Cabe também à CFP fazer o acompanhamento das faltas injustificadas e o respectivo desconto na remuneração do funcionário.

• **Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 34/2008 de 27 de Agosto, Sobre Regime dos Concursos, Recrutamento, Selecção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública (Comissão da Função Pública)** – De modo a garantir a legalidade da conversão de funcionários temporários em funcionários permanentes. No que respeita ao recrutamento e selecção por mérito, este depende da Comissão da Função Pública que pode delegar nas instituições e ministérios. O processo de recrutamento tende a ser mais simples e, permite ao júri reconsiderar a sua decisão e ao candidato recorrer da mesma. O regime transitório para integração no quadro de efectivos do pessoal com contratos temporários deverá ser conforme as regras definidas na Resolução do Governo n.º 42/2010. O candidato deve ter pelo menos 6 meses de contrato à data de Novembro de 2010, cumprir os requisitos do art.º 14 do Estatuto da Função Pública, ter “Bom” na sua avaliação de desempenho e ser fluente numa língua oficial. Além disto, é necessária a certificação, por parte do Director-Geral, da natureza permanente e das qualificações adequadas do candidato. O contrato temporário passa a ser uma excepção para tarefas transitórias, fins especiais ou urgentes, com carácter não permanente e de duração definida, no máximo de 6 meses.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Abril / Maio 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 14/2008 de 7 de Maio, Sobre Regime de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública (Comissão da Função Pública)** - As modificações propostas resultam das críticas e observações aos dois processos anuais de avaliação já realizados e tornam a avaliação mais efectiva e compreensível ao trabalhador. Pretende-se que o processo de avaliação ajude a orientar as acções de formação e a definir os objectivos do serviço tornando-o mais apropriado à natureza das actividades da Função Pública. A auto-avaliação deixa de existir e o direito de recurso para a Comissão da Função Pública é garantido. Por último, para quem exerce o cargo de direcção e chefia existem factores de avaliação diferentes dos restantes funcionários.

• **Relatório da Comissão dos Direitos da Crianças (Ministério da Justiça)** - Do Relatório constam as acções realizadas no ano transacto, tais como o desenvolvimento do plano estratégico e operacional (2011-2014), capacitação de funcionários, legislação dos Direitos da Criança, realização de workshops para apreciação da Lei de Justiça Juvenil, a coordenação e organização do Dia Mundial da Criança, as recomendações de Genebra e o papel da Comissão dos Direitos da Criança e as participações em reuniões e formações acerca dos Direitos da Criança. Foi também apresentado um breve resumo do plano de actividades para 2011 em que ressalta a necessidade de uma base legal para as competências da Comissão, a coordenação com outros ministérios e organismos de Estado, sempre tendo em conta a prioridade dos interesses das crianças.







SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Maio 2011**

**AIDMEMOIRE**  
Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto-Lei Ajudas de Custo dos Titulares e Membros dos Órgãos de Soberania (Ministério das Finanças)** - Este Decreto-Lei regulamenta as ajudas de custo a atribuir ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo, nas deslocações no interior do país. O montante destas ajudas não foi alterado desde o tempo da Administração Transitória das Nações Unidas pelo que se justifica a sua actualização. O diploma não é aplicável aos titulares dos órgãos de Soberania do Parlamento Nacional e Tribunais uma vez que estes têm um regime próprio e, além disso, tal como os funcionários da Administração Pública, já viram actualizadas as respectivas ajudas de custo.

• **Proposta de Lei Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas (Ministério da Justiça)** - Aprovada pelo Conselho de Ministros a Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, previsto na Constituição da República de Timor-Leste. Assim, fica estabelecida a competência, a organização e o funcionamento da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas e o estatuto dos respectivos juizes. À Câmara de Contas compete controlar as finanças públicas, tendo jurisdição sobre todos os serviços e organismos do Estado incluindo as suas representações no exterior.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

## Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Maio 2011

• **Decreto-Lei Regularização de Bens Imóveis em Casos Não Disputados (Ministério da Justiça)** - A Direcção Nacional de Terras e Propriedades e os Serviços Cadastrais do Ministério da Justiça iniciaram, em 2008, a recolha de informações acerca da titularidade dos bens imóveis de forma a clarificar a situação jurídica e formar o Registo Nacional de Propriedades. Este processo permitiu que todos os cidadãos reivindicassem o seu direito de propriedade, através de declarações de titularidade, sobre os bens imóveis. As declarações e os mapas cadastrais foram publicados, a nível local, em sítios públicos e divulgados pelos meios de comunicação, a nível nacional, de forma a que pudesse ser disputado o direito de propriedade dos imóveis cadastrados. Em Abril deste ano verificou-se que, das 35 mil parcelas levantadas, 92% não foram alvo de disputa sobre a propriedade, ou seja, o reconhecimento de propriedade foi consensual na aldeia, no suco, no distrito e no país. Desta forma, o presente Decreto-Lei pretende regularizar a situação destes declarantes, nos casos sem disputa, reconhecendo o direito de propriedade sobre os bens imóveis.

• **Decreto-Lei Revisão da Orgânica do Ministério da Economia e Desenvolvimento (Ministério da Economia e Desenvolvimento)** - A Revisão surge da necessidade de estabelecer uma delimitação de competências mais clara e objectiva e que corresponda às actividades que o Ministério tem vindo a desenvolver na prática. Tendo em conta que a actuação do MED assenta no desenvolvimento e promoção do sector privado, na atracção de investimento, criação de emprego e na protecção ambiental, torna-se necessário redefinir a organização interna deste Ministério através da criação de duas Direcções Gerais, que se foquem na acção do Ministério para melhor responderem às necessidades que o desenvolvimento do país reclama.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

## Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Maio 2011

- **Decreto-Lei Licenciamento de Actividades Comerciais (Ministério do Turismo, Comércio e Indústria)** - O Licenciamento de Actividades Comerciais tem por objectivo estabelecer as regras de acesso ao exercício da actividade comercial e contribuir para o ordenamento e modernização das infra-estruturas comerciais existentes. Ao mesmo tempo protege a livre e leal concorrência entre comerciantes e salvaguarda os direitos dos consumidores estabelecidos por lei. Este Decreto-Lei aplica-se à venda a grosso, a retalho, ao comércio cumulativo e geral, importações e exportações, prestações de serviços e a outras actividades comerciais não reguladas por legislação específica.
- **Resolução Recrutamento e Formação do Pessoal de Informática para o Sector da Justiça (Ministério da Justiça)** - O Conselho de Ministros aprovou a abertura de um concurso para o recrutamento de funcionários da área da Informática para o Sector da Justiça. Tendo em conta a prioridade que a informatização dos serviços reveste para a Justiça e a especificidade da respectiva formação, foi decidido que o Ministério da Justiça promoveria este recrutamento e as actividades de formação das pessoas a contratar.
- **Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos - (Secretaria de Estado da Segurança)** - O Conselho de Ministros analisou ainda um documento remetido por funcionários da Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos, relativo a reclamações referentes a algumas componentes da respectiva carreira profissional, designadamente subsídio de alimentação, horas extraordinárias, formação profissional. O Conselho de Ministros aprovou a decisão de atribuir um subsídio de alimentação de 15 dólares por mês.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

## Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Maio 2011**

• **Projecto de Revisão do Sector da Segurança (Ministério da Defesa e Segurança)** - A SES apresentou as medidas e acções que foram efectuadas desde 2008, data em que o Projecto de Revisão do Sector da Segurança foi autorizado. Desde então, o Governo e a Presidência da República têm trabalhado nos princípios, metodologia e processo deste Projecto. O Governo deu resposta imediata a algumas das questões que foram identificadas e sentiu necessidade de trabalhar, juntamente com a UNMIT e outras instituições estatais do sector da segurança, em simultâneo, a revisão e a reforma. Esta vontade do Governo em melhorar o sector da segurança permitiu o desenvolvimento e, nalguns casos, a substituição das instituições ou estruturas existentes. As autoridades timorenses assumiram responsabilidades e tomaram iniciativas, nas áreas da fiscalização civil, formulação de uma política de segurança nacional, elaboração de legislação e desenvolvimento de instituições prioritárias no sector da segurança, assim como a elaboração de uma Política de Segurança Nacional, reformas na PNTL e nas F-FDTL, implementação de regimes de carreiras e mecanismos disciplinares e um pacote legislativo relacionado com a segurança nacional. Apesar destes sucessos, o processo de reforma e revisão ainda prossegue.

• **Ponto de situação dos pedidos de investimento que deram entrada na Tradeinvest (Ministério da Economia e Desenvolvimento)** - O Ministério da Economia e Desenvolvimento deu a conhecer a actividade desenvolvida pela Tradinvest. Segundo este ministério, foram emitidos cerca de 87 certificados de investidor externo dos quais 59 estão a ser implementados, 6 encontram-se pendentes e 22 foram cancelados. Foi, ainda, apresentado o ponto de situação relativo a projectos na área das telecomunicações e algumas situações pendentes.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Maio 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

- **Resolução do Governo que Cria Grupo de Trabalho para a Política Nacional da Deficiência (Ministério da Solidariedade e Social)** - O MSS viu aprovada a Resolução que permite a criação de um grupo de trabalho de natureza interministerial para trabalhar na definição da política nacional para a deficiência. A promoção dos direitos dos cidadãos portadores de deficiência implica o envolvimento, e a coordenação, de várias instituições públicas e privadas que, sob a orientação do Governo, definam as linhas de orientação estratégica para esse efeito. Assim, este grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério da Solidariedade Social, é composto por representantes do Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério das Infra-Estruturas, Secretaria de Estado da Formação Profissional e do Emprego, Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade e Secretaria de Estado da Juventude e Desporto.
- **Decreto do Governo que aprova o Subsídio de Alimentação para os Funcionários da Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos (Secretaria de Estado da Segurança)** - O Conselho de Ministros aprovou o Decreto do Governo que fixa em 15 dólares o valor do subsídio de alimentação mensal a atribuir aos funcionários da Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos.
- **Imagem institucional do Governo (GPM/Secretaria de Estado do Conselho de Ministros)** - O objectivo é uniformizar a imagem e utilizá-la em documentos oficiais de forma a impedir a sua utilização aleatoriamente. Desde a utilização do logo até à sua aplicação, passando pelos envelopes, cartas, ofícios e memorandos, incluindo tipo de letra, a imagem institucional foi pensada de forma a poder ser facilmente implementada em todas as linhas ministeriais.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

## Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Maio 2011

- **Decreto-Lei Regime Jurídico da Administração e Gestão do Sistema de Ensino Secundário (Ministério da Educação)** - Este Decreto-Lei regula o sistema de ensino secundário geral e técnico-vocacional de forma a garantir a sua gestão integrada em todo o território e aumentar a eficiência do sistema, a oferta de ensino e a mobilidade dos alunos.
- **Decreto que Prorroga o mandato da Comissão Eventual de verificação de dados do Primeiro Período de Registo dos Combatentes da Libertação Nacional (Ministério da Solidariedade Social)** - Tendo em conta as dificuldades e complexidade do processo de verificação dos pedidos de registo, o mandato da Comissão Eventual de Verificação de Dados do primeiro período de Registo dos Combatentes da Libertação Nacional (CEVD) foi prorrogado até 25 de Novembro de 2011.
- **Decreto-Lei que Cria a TIMORGAP – Timor Gás & Petróleo E.P. (GPM/Secretaria de Estado dos Recursos Naturais)** - Conselho de Ministros aprovou a criação da TIMORGAP com a finalidade de deter e gerir, com um enquadramento e princípios de natureza empresarial, os activos de propriedade do Estado de Timor-Leste no sector do petróleo atribuídos por lei. A empresa pública passará a exercer as actividades comerciais respeitantes ao sector petrolífero. As atribuições que eram anteriormente exercidas pelo órgão de administração directa responsável pelo sector do petróleo, no âmbito da SERN, relativas a actividades de cariz empresarial, são transferidas para a TIMORGAP, E.P., que, nos termos do presente diploma, e enquanto empresa pública, fica sujeita ao poder de tutela do órgão do Governo, o qual exerce a todo o tempo poderes de controlo de legalidade da sua conduta.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

## Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Maio 2011

• **Decreto-Lei Importação de Veículos (Ministério das Finanças).** O presente diploma tem como objectivo regular as condições e procedimentos relativos à importação de veículos. Uma regulamentação importante na medida em que esta actividade permite a promoção do desenvolvimento económico. São definidas as características dos veículos a importar para Timor-Leste, no sentido de se proteger o consumidor e o meio ambiente. É, igualmente, estabelecido um sistema prévio de autorização relativo à importação de veículos que permite alcançar um controlo eficaz sobre as operações de importação.

• **Proposta de Lei Regime Transitório de Segurança Social (Ministério da Solidariedade Social)** - O diploma estabelece um regime transitório de segurança social, inicialmente destinado a garantir as necessidades básicas de protecção social dos trabalhadores do Estado e dos seus familiares dependentes. Ainda que transitório, este regime irá instituir o início de um regime de segurança social em Timor-Leste e constitui o primeiro passo para o desenvolvimento de um sistema universal. Este regime foi elaborado com base na proposta do Grupo de Trabalho Interministerial, aprovada pelo Conselho de Ministros em 2010, que determinou que o regime transitório de segurança social deveria seguir o modelo de sistema único e de repartição simples. Este diploma irá assegurar aos trabalhadores do Estado o direito ao benefício da pensão de velhice, à pensão de invalidez e à pensão de sobrevivência (em caso de morte do trabalhador) para os familiares dependentes.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Junho 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Jun., Jul. e Ago. 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Resultado do Censur 2010 – Relatório 2,3 e 4 (Ministério das Finanças)** - A Direcção Nacional de Estatística apresentou, ao Conselho de Ministros, os relatórios 2, 3 e 4 do Censos 2010. O Relatório 2 refere-se a dados relativos à população e agregado familiar, religião, cidadania, língua materna, estado civil e migração; o Relatório 3 incide sobre educação, trabalho, invalidez, estado das habitações, produção agrícola e animal; o Relatório 4 fornece informação ao nível dos 442 sucus existentes, tais como: população infantil (5 anos), educação, trabalho, estado das habitações e produção agrícola e animal. Estes relatórios serão publicados nos sítios da internet da Direcção Nacional de Estatística ([www.dne.mof.gov.tl](http://www.dne.mof.gov.tl)) e do Ministério das Finanças ([www.mof.gov.tl](http://www.mof.gov.tl)).

• **Proposta de Lei sobre a Constituição, Emissão e Gestão da Dívida Pública (Ministério das Finanças)** - Com a aprovação da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, sobre o Orçamento e Gestão Financeira, surge pela primeira vez no ordenamento jurídico de Timor-Leste a possibilidade do Estado contrair empréstimos para financiar despesas públicas. Os princípios estratégicos que devem presidir à constituição e emissão da dívida pública por parte do Estado, como forma de salvaguardar o interesse nacional, assenta no facto do endividamento público não dever servir para financiar despesas correntes do Estado. O recurso ao endividamento público deve ser motivado pelas necessidades de financiamento geradas pela execução das tarefas prioritárias do Estado, relacionadas com a construção de infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento do País, e que o custo da dívida pública não pode ser superior ao retorno económico do investimento público.







SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Junho 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Proposta de Lei que aprova a Primeira Alteração da Lei do Fundo Petrolífero (Ministério das Finanças)** - Este diploma pretende alterar as regras e princípios de investimento, permitindo uma maior flexibilidade em termos de diversificação de carteira de aplicações de maneira a aumentar, no futuro, o retorno dos investimentos, no quadro de uma definição clara dos limites de exposição ao risco. A Proposta de Lei clarifica, os requisitos a cumprir pelo Governo caso seja necessário realizar uma transferência para o Orçamento Geral do Estado acima do Rendimento Sustentável Estimado, promovendo, no futuro, maior flexibilidade relativamente à entidade responsável pela Gestão Operacional directa. São alteradas, também, as regras de nomeação dos membros e composição do Comité de Assessoria para o Investimento. Saliente-se, ainda, que a Lei do Fundo Petrolífero (n.º9/2005, de 3 de Agosto) determina uma revisão pelo Governo, cinco anos após a constituição do Fundo Petrolífero, que teve lugar em Setembro de 2005.

• **Proposta de Lei que aprova a Gestão de Alienação do Património de Estado (Ministério das Finanças)** - Este diploma regula os procedimentos para que o Estado possa realizar a melhor gestão do seu património com o mínimo de custos e para que todas as operações relativas à alienação dos bens móveis possam ser realizadas com transparência, na medida em que o regime jurídico dos bens móveis do domínio do Estado apresentava algumas faltas de regulação nesta área. O objetivo deste diploma é incrementar uma maior eficiência e racionalização dos recursos públicos e de adequação à organização do Estado.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Junho 2011

• **Decreto-Lei que Cria a Companhia de Investimento de Timor-Leste (Ministério das Finanças)** - Este diploma reflete o compromisso do Governo em estabelecer as instituições necessárias para garantir bases seguras para o desenvolvimento da economia nacional. A finalidade da Companhia de Investimento de Timor-Leste é promover o desenvolvimento de oportunidades de investimento e o crescimento da riqueza nacional, conduzindo projetos estratégicos importantes com incidência comercial. É com o objetivo de promover o investimento em setores da economia nacional, que são vitais ao desenvolvimento, e tendo em vista a passagem de uma economia baseada no petróleo para uma economia não petrolífera em Timor-Leste, que se cria esta estrutura como parte empresarial do Estado.

• **Política da Dívida Pública (Ministério das Finanças)** A Política da Dívida Pública pretende estabelecer uma base para facilitar a contração de empréstimos externos entre o Governo de Timor-Leste e instituições multilaterais e bilaterais de financiamento, para suplementar as necessidades de financiamento do Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE). Determina-se que a política geral (justificação para contração de empréstimos e princípios gerais aos quais o Governo deve aderir, incluindo sustentabilidade da dívida e gestão transparente); gestão dos custos e riscos da contração de empréstimos, incluindo a sustentabilidade fiscal sólida (montante a contrair em termos e condições); estabelecimento de um quadro propício à contração de empréstimos (é necessário implementar provisões legais e institucionais para garantir uma boa gestão da dívida). Esta política pretende abranger os anos fiscais de 2011 a 2015, ou seja, os primeiros cinco anos do PDE (que vai de 2011 a 2030). Durante este período a política deve ser revista e alterada de forma contínua, sempre que tal seja necessário para dar resposta às alterações de circunstância.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

## Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Junho 2011

- **Resolução do Governo para Auxílio às Vítimas dos Tornados nos EUA (Gabinete Primeiro-Ministro)** - O centro e sul dos Estados Unidos da América (EUA) foram, recentemente, devastados por mais de 300 tornados, provocando centenas de mortes, feridos e um rasto de destruição de valor incalculável, nomeadamente nos Estados do Mississípi, Alabama, Tennessee e Missouri. Milhões de pessoas foram afectadas, encontrando-se agora a braços com dificuldades extremas, sem infra-estruturas básicas como hospitais, escolas e habitação condigna. Considerando que a solidariedade e a fraternidade entre povos são princípios fundamentais consignados na Constituição, e tendo em conta os laços de amizade que unem Timor-Leste e os EUA, designadamente na área militar, o Conselho de Ministros resolveu aprovar o donativo de 500 mil dólares americanos para fins de assistência humanitária à população afectada.
- **Resolução do Governo para a Nomeação de um Comissário da Comissão da Função Pública (Gabinete do Primeiro-Ministro)** - O Conselho de Ministros nomeou, na reunião do dia 25 de Maio, Isabel da Costa Ferreira para exercer um mandato em regime de dedicação parcial, até 12 de Agosto de 2014, como Comissária da Comissão da Função Pública, substituindo a Comissária Maria Olandina Caieiro, que foi nomeada para outra função no Estado.
- **Nomeação dos Membros que passam a integrar o Conselho Superior do Ministério Público (Gabinete do Primeiro-Ministro)** - O Conselho de Ministros nomeou, na reunião do dia 25 de Maio, José Pedro Mariano Neves de Camões e Pedro E. A. de Oliveira como membros efectivo e suplente, respetivamente, do Conselho Superior do Ministério público.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Junho 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Zonas Económicas Especiais (Ministério das Finanças)** - O Conselho de Ministros analisou o estudo apresentado pela empresa *DLA PIPER*, sobre a criação das Zonas Económicas Especiais, explicando o que são, os vários tipos que existem, as condições necessárias para implementação, as vantagens e desvantagens e os passos necessários para a sua criação. Foram apresentados vários exemplos de Zonas Económicas Especiais, criadas em diferentes partes do mundo.

• **Banco Nacional de Investimento e Desenvolvimento de Timor-Leste (Ministério da Economia e Desenvolvimento)** - Na sequência da criação do Banco Nacional de Investimento e Desenvolvimento de Timor-Leste, que está em curso, o Ministério da Economia e Desenvolvimento apresentou, ao Conselho de Ministros, as condições da subscrição aberta para futuros acionistas. O processo formal da constituição do Banco de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste, teve início com a aprovação, por parte do Conselho de Ministros, da Resolução sobre o plano de acção para a criação do Banco. A Resolução foi aprovada na reunião extraordinária do dia 11 de Maio de 2010, e determina a estrutura genérica da futura instituição.

• **Projecto de Investimento Hotel Timor (Ministério da Justiça)** - O Conselho de Ministros analisou o projeto de investimento para o Hotel Timor, em Díli. Foram discutidas as condições da proposta apresentada pela empresa gestora do hotel e analisada a possibilidade da extensão do contrato de concessão mediante investimento da empresa para a expansão do hotel.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011. Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

## Junho 2011

- **Decreto do Governo que cria o Regulamento das Medalhas de Segurança Pública (Ministério da Defesa e Segurança)** – Regula a criação de um conjunto de condecorações, como símbolo da gratidão para com os elementos da Polícia Nacional de Timor-Leste, que na sua atividade profissional, ou em acto espontâneo de heroicidade ou altruísmo, tenham contribuído significativamente para o benefício de Timor-Leste e dos timorenses.
- **Decreto do Governo que cria o Regulamento da Medalha Comemorativa da Comissão de Serviço Especial (Ministério da Defesa e Segurança)** - Determina a criação de uma condecoração, como símbolo do reconhecimento para com os elementos da PNTL que, na sua atividade profissional, tenham cumprido missões no estrangeiro, contribuindo, assim, de forma geral para a projecção da sua Instituição e, em particular, para a imagem de disponibilidade e solidariedade, que Timor-Leste tem para com o resto do mundo.
- **Resolução do Governo de Nomeação dos Membros da Comissão de Acompanhamento do Processo de Promoções da PNTL (Ministério da Defesa e Segurança)** - Tendo o mandato da Comissão de Acompanhamento do Processo de Promoções da PNTL sido recentemente estendido, torna-se necessário rever a sua composição. São nomeados os seguintes membros para fazerem parte da Comissão: Isabel Ferreira (Presidente); Madre Guilhermina Marçal (Vogal); Dr. Anacleto da Costa Ribeiro (Vogal); Comissário Afonso de Jesus, 2.º Comandante-Geral (Vogal); Superintendente Eugénio Pereira (Vogal); Superintendente Arquimino Ramos (Vogal); Tânia Felício, UNMIT (Vogal). Como membros suplentes, são nomeados: Cândida do Rosário, da Secretaria de Estado da Segurança; Superintendente Assistente Moises Amaral, da PNTL; Subintendente Raul Curva, da UNMIT.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Junho 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011. Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto-Lei que aprova a Primeira Alteração à Orgânica da SEJD (Gabinete do Primeiro-Ministro/Secretaria de Estado da Juventude e Desporto)** - Com o objetivo de melhorar a supervisão das actividades da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto (SEJD), é criado o Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna, dotado de autonomia técnica e administrativa e com competência no âmbito da avaliação e fiscalização das actividades a serem implementadas.

• **Decreto-Lei que aprova a Alteração ao Regime de Promoção da Polícia Nacional de Timor-Leste (Gabinete do Primeiro-Ministro/Secretaria de Estado da Segurança)** - No recente processo de promoções da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) ficaram por preencher vagas em diversos postos. Tendo em conta que alguns membros da instituição não viram, ainda, devidamente reconhecido o seu estatuto de Combatente da Libertação Nacional, e de terem, mesmo, ocupado posições de comando na Frente Armada, o Conselho de Ministros decidiu alterar este diploma. Esta alteração regula a promoção dos membros da PNTL que possuam o estatuto de Combatente da Libertação Nacional. Tendo, ainda, em conta, que o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Comando Geral da PNTL e pela Comissão de Acompanhamento do Processo de Promoções da PNTL necessita de ter continuidade, o Governo decidiu prorrogar o período transitório.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Junho 2011

• **Decreto-Lei que Aprova o Plano Curricular do 3º Ciclo do Ensino Básico (Ministério da Educação)** - Aprova o Plano Curricular do 3.º Ciclo do Ensino Básico, autoriza a aprovação ministerial dos programas curriculares e estabelece o conjunto de normas que regem a implementação de todo o currículo do ensino básico, de acordo com o que já vigora para o ensino primário de forma a garantir a coerência e o respeito pelas normas orientadoras da Lei de Bases da Educação em relação aos conteúdos e objetivos dos Programas Curriculares de cada um dos três ciclos do ensino básico, este diploma define, ainda, o Plano Curricular para o 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico.

A elaboração do Programa Curricular do 3.º Ciclo do Ensino Básico o Ministério da Educação contou com a colaboração da UNICEF e da Universidade do Minho, Portugal, ou seja, juntaram-se esforços e conhecimentos de especialistas Timorenses e de conhecedores das melhores práticas internacionais nesta matéria.

O diploma realça ainda a importância de, para além das línguas oficiais, se fazer uso das línguas nacionais, bem como da adequação do programa escolar aos mundos sociais e culturais dos alunos e às suas experiências, à sua idade e níveis de desenvolvimento cognitivo, com base no reconhecimento da gradualidade das aprendizagens.

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Junho 2011

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Resolução do Governo sobre Comunicação Institucional entre a Organização das Nações Unidas, suas Agências, União Europeia e as Instituições do Estado Timorense (Gabinete do Primeiro-Ministro)** - A Língua é um fator essencial para a construção da identidade da Nação, para a afirmação das instituições do Estado, e elemento decisivo para o reforço da coesão e da unidade nacional. A utilização normalizada da Língua permite, não só uma comunicação fluida e sem equívocos entre Instituições do Estado Timorense, como também com as organizações internacionais que desenvolvem trabalho de apoio ao desenvolvimento no País.

Tendo em conta que Timor-Leste adotou as Línguas Tétum e Portuguesa como línguas oficiais, e que se verificam dificuldades de comunicação com organizações internacionais a trabalhar no País devido ao uso de línguas não oficiais (quando muitas trabalham na língua oficial de outros países onde operam), o Conselho de Ministros apela às organizações e agências internacionais, designadamente às Nações Unidas, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e à União Europeia, que promovam, de imediato e por todos os meios, o uso sistemático das Línguas Oficiais de Timor-Leste.

Serão implementados cursos de aprendizagem da Língua Tétum destinados aos consultores e assessores internacionais, nas mais diversas Instituições do Estado.

Todos os Ministérios devem tomar as medidas necessárias para a utilização das Línguas Tétum e Portuguesa, designadamente no que respeita à comunicação interministerial, às comunicações com as Nações Unidas, suas agências, União Europeia e com o PNUD.







SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Junho 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

- **Resolução do Governo sobre o Procedimento de Integração Transitória dos Agentes Contratados a Termo Certo para o Exercício de Docência no Sistema de Educação e Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário de Timor-Leste para o Estatuto de Funcionários Públicos do Regime Geral de Carreiras da Administração Pública (Ministério da Educação)** - Este diploma tem como objetivo atribuir o estatuto de Funcionário Público a todos os agentes da Administração Pública de Timor-Leste, contratados a termo certo, e que exercem funções de docência no sistema de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário.
- **Decreto-Lei que aprova o Regime de Controlo de Preços pelo Governo (Ministério do Turismo, Comércio e Indústria)** - São definidas formas de intervenção da Administração Pública na formação de um conjunto de preços, com o objetivo de regular os preços dos bens e serviços considerados fundamentais para o bem-estar da população. São definidas medidas de criminalização do açambarcamento de bens e da especulação de preços. Este diploma também contribui para melhorar a justiça social e económica das famílias, através da prática de preços justos. Assim, estabelecem-se diferentes tipos de controlo dos preços praticados no mercado. Estas modalidades poderão ser: de fixação dos preços máximos; fixação das margens de comercialização máximas; de preços contratados com o sector comercial, e de serviços e de preços vigiados.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Junho 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto-Lei que cria o Regulamento da Indústria e Comercialização de Alimentos (Ministério do Turismo, Comércio e Indústria)** Apesar de estarem já em vigor diplomas que regulamentam a segurança alimentar, restaurantes e água engarrafada, existe uma falha na regulamentação das restantes actividades que vão desde a produção industrial ou de confeção, transporte e comercialização, bem como o fornecimento de refeições ao público por outras empresas que não sejam restaurantes. Sendo essencial reforçar a protecção e o consequente grau de confiança dos consumidores, adoptam-se as normas gerais a que devem ser sujeitos os géneros alimentares em todas as fases: preparação, transformação, fabrico ou confeção, embalagem, armazenagem, distribuição, manuseamento e venda ou colocação à disposição do consumidor, bem como as modalidades de verificação do cumprimento dessas normas.

• **Decreto-Lei que Regulamenta o Hastear da Bandeira Nacional (Ministério da Defesa e Segurança)** - Os funcionários públicos têm uma responsabilidade acrescida no que se refere ao respeito devido aos Símbolos Nacionais, particularmente ao Hino Nacional e à Bandeira Nacional. É, por isso, importante regulamentar o uso daqueles Símbolos em todas as instituições do Estado, de acordo com procedimentos protocolares previstos neste diploma, nos dias solenes, nomeadamente: no Dia da Falintil-FDTL, celebrado a 1 de Fevereiro; no dia da PNTL, celebrado a 27 de Março; e no Dia das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), celebrado a 20 de Agosto. A Bandeira Nacional é também hasteada em todas as instituições do Estado, incluindo os estabelecimentos de ensino, na primeira Segunda-feira de cada mês, de acordo com os mesmos procedimentos protocolares.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

## Junho 2011

- **Resolução do Governo que aprova a Atribuição de um Subsídio Único (Gabinete do Primeiro-Ministro)** O Conselho de Ministros, em acto de solidariedade e fraternidade (princípios fundamentais consignados na Constituição de Timor-Leste) aprovou a atribuição de um subsídio único a um militar Indonésio por apoio à Luta de Libertação do Povo Timorense, durante a ocupação estrangeira do território. Este apoio levou à sua prisão, tendo sido submetido a tortura que provocou danos irreparáveis na sua condição física.
- **Resolução do Governo que aprova a Política das Telecomunicações (Gabinete do Primeiro-Ministro/Secretaria de Estado do Conselho de Ministro)** - O sector das telecomunicações, regulado em 2003, determina a concessão do serviço público de telecomunicações a um operador único, em regime de exclusividade, durante um período limitado, com o objetivo de garantir a regulação e supervisão adequadas para o sector. No entanto, IV Governo Constitucional pretende delinear uma nova política de telecomunicações, assente fundamentalmente em dois aspectos: a melhoria da eficiência e do âmbito de acção para o regulador nacional de telecomunicações e a ponderação das vantagens da concorrência no sector das telecomunicações.
- **Bola Guling** - O problema da prática do jogo “Bola Guling”, foi considerado pelo Conselho de Ministros uma situação séria para o País, tendo ficado decidido que irão ser tomadas medidas concretas para resolver a situação. O Conselho de Ministros irá reafirmar a sua condenação do jogo Bola Guling em Timor-Leste através da **Proibição de todos os funcionários públicos, incluindo agentes do Estado de participarem no jogo Bola Guling; e tomar medidas de acção social, política/legal e informação pública para tomada de consideração quanto ao perigo inerente no jogo Bola Guling.**





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Julho 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Deliberação do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro)** – O Conselho de Ministros necessita de melhorar a gestão do tempo e uma elevada eficiência no processo de tomada de decisões e considerando ser imprescindível salvaguardar a qualidade da liderança e o uso do tempo pelo Chefe do Governo, Presidente do Conselho de Ministros. Considerando ainda o início da implementação do PEDN, bem como a preparação do Orçamento Geral do Estado para 2012, que será o orçamento mais complexo de entre todos já elaborados pelo IV Governo Constitucional e tendo em conta a capacidade já adquirida pelos membros do IV Governo Constitucional, desde Agosto 2007.

O Conselho de Ministros determina que a partir do dia 20 de Julho de 2011, as reuniões do Conselho de Ministros poderão ter lugar sem presença do Primeiro-Ministro. Na ausência do Primeiro-Ministro, o Conselho poderá tomar decisões de acordo com as orientações prévias emitidas pelo Primeiro-Ministro ao Vice Primeiro-Ministro ou, na ausência deste, no ministro designado para o substituir na direcção da reunião do Conselho de Ministros.

Caberá ao substituto do Primeiro-Ministro, na sequência da reunião, informar o Primeiro-Ministro sobre as decisões tomadas, e cabe ainda informar devidamente os membros do Conselho de Ministros quanto às orientações do Primeiro-Ministro sobre cada uma das questões a serem apresentadas e decididas na reunião.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Julho / Agosto 2011

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto-Lei que aprova a Comissão Nacional de Desporto (Gabinete do Primeiro-Ministro / Secretaria de Estado da Juventude e Desporto)** - A Secretaria de Estado do Desporto definiu a Lei de Bases do Desporto e nesta a Comissão Nacional do Desporto. Assim este Decreto-Lei vem regulamentar e delimitar as suas competências, composição e funcionamento de forma a dar continuidade ao processo de desenvolvimento da prática desportiva em Timor-Leste. A Comissão Nacional do Desporto exerce funções fiscalizadoras, de resolução de litígios da administração e desenvolvimento do desporto, de promoção da saúde dos desportistas, de promoção do voluntariado no desporto e da organização e coordenação de acções de combate à dopagem, violência no desporto e outros desvios do sistema desportivo.

• **Decreto-Lei que aprova a Segunda Alteração ao Decreto-Lei n° 34/2008, de 27 de Agosto (Gabinete do Primeiro-Ministro / Comissão da Função Pública)** - O Conselho de Ministros aprovou o Decreto-Lei que aprova a segunda alteração ao Regime dos Concursos, Recrutamento, Selecção e Promoção do Pessoal para a Administração Pública que determina que os contratados a prazo que tenham cumprido, no mínimo, seis meses de contrato à data de 30 de Junho de 2011, passem a ser integrados nas carreiras da administração pública.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Agosto 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Regulamento Disciplinar da PNTL (Ministério da Defesa e Segurança)**  
- Tendo em conta a necessidade de alterar o Regulamento Disciplinar da PNTL de forma a corrigir algumas imprecisões, bem como a explicação de conceitos, adequando-os ao tétum, e tendo em conta que o volume das alterações era significativo, o Conselho de Ministros optou por revogar o Decreto-Lei n.º 13/2004 de 16 de Junho e aprovar este novo Diploma. Pretende-se que esta alteração resulte numa melhor interpretação e aplicação do mesmo.

• **Decreto-Lei que aprova a Primeira Alteração ao Decreto-Lei sobre o Exercício das Profissões da Saúde (Ministério da Saúde)** - O Decreto-Lei n.º 14/2004 de 1 de Setembro, estabelece os requisitos indispensáveis para o exercício das profissões relacionadas com a saúde. Tendo em conta que se passaram alguns anos após a aprovação do mesmo, o Conselho de Ministros aprovou a redefinição de alguns conceitos de forma a melhor corresponder às situações de algumas classes de profissionais de saúde, no que respeita às suas responsabilidades no exercício das suas funções, e dentro da estrutura do Ministério da Saúde.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Agosto 2011

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Resolução que aprova o Plano Curricular do 3º Ciclo do Ensino Básico e as Medidas para a sua Implementação (Ministério da Educação)** - Com esta Resolução, o Conselho de Ministros aprovou o Plano Curricular do 3º Ciclo do Ensino Básico e a sua implementação gradual. Assim sendo, o próximo ano lectivo (Janeiro 2012) será o ano de implementação do currículo do 7.º ano de escolaridade do Ensino Básico. No ano de 2013 será implementado efectivamente o currículo do 8.º ano de escolaridade e em 2014 será o 9.º ano de escolaridade do Ensino Básico.

• **Decreto-Lei que aprova a Desmobilização dos Combatentes da Libertação Nacional – Frente Armada (Ministério da Solidariedade Social)** – O Diploma regulamenta o processo de desmobilização previsto no Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional, alargando-o a todos os combatentes da Libertação Nacional da Frente Armada da Resistência Timorense, que se encontravam no activo em 25 de Outubro de 1999. As cerimónias de desmobilização incluem actos de reconhecimento e homenagem aos combatentes que, não estando no activo na data supramencionada, tenham participado na luta integrados na Frente Armada. O Diploma determina também as patentes a atribuir, os modelos das fardas, as insígnias, a medalha comemorativa e o Diploma de Honra.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Setembro 2011

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Decreto do Governo que aprova a Segunda Alteração ao Decreto do Governo N.º 2/2007, de 1 de Agosto, que Regulamenta o Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania (Ministério das Finanças)** - De forma a proporcionar um sistema transparente e sustentável, reconhecendo a importância dos ex-titulares dos Órgãos de Soberania, o Ministério das Finanças apresentou uma alteração ao Decreto do Governo que Regulamenta o Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania, de forma a melhor definir os direitos e regalias por ele previstos, a qual foi aprovada pelo Conselho de Ministros. O Conselho de Ministros discutiu o assunto e decidiu atribuir um montante, excluindo pensões e assistência médica para cada ex-titular, nomeadamente: ex-Primeiro-Ministro, Dr. Marí Alkatiri, ex-Presidente do Parlamento Nacional, Francisco Guterres “Lu-Olo” e Proclamador e Primeiro Presidente da República, Dr. Francisco Xavier do Amaral. Relativamente à lista de pedidos do ex-Primeiro-Ministro, Dr. Marí Alkatiri, nomeadamente o contrato de reabilitação da residência temporária no montante de anos, o Conselho de Ministros decidiu não pagar este valor. Igualmente, o Conselho de Ministros resolveu limitar o pagamento da renda da residência temporária do Dr. Marí Alkatiri.







SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Setembro 2011

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Aprovado Acordo de Dupla Tributação entre Timor-Leste e Portugal (Ministério das Finanças)** - Tendo em conta que este é o primeiro Acordo do género a ser negociado, as equipas, de ambos os países, partiram de um modelo base da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de forma a que as negociações beneficiassem ambas as partes, dessem certezas aos contribuintes de ambos os países e resultassem numa maior confiança por parte dos investidores, mais emprego e maiores cobranças fiscais. O Acordo de Dupla Tributação entre Timor-Leste e Portugal protege a base das receitas de Timor-Leste, ou seja, a área das telecomunicações e as operações de petróleo e gás.

O Conselho de Ministros concordou com o resultado das negociações das equipas. Segue-se a assinatura deste Acordo por parte dos Ministros das Finanças dos respectivos países para, posteriormente e nos termos da Constituição, ser remetido ao Parlamento Nacional, competente em razão da matéria.

• **Resolução do Governo que Nomeia uma Empresa como Consultora Técnica no Projecto Supply Base (Gabinete do Primeiro-Ministro/Secretaria de Estado dos Recursos Naturais)** - O Conselho de Ministros aprovou a nomeação da empresa Eastlog Holding PTE Ltd como sua consultora técnica. Além de ser o actual parceiro estratégico, a Eastlog passa a ser a consultora técnica do Governo de Timor-Leste a quem compete ajudar na elaboração dos pormenores técnicos e na supervisão da execução dos trabalhos relacionados com a construção da Base Logística do Suai.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Setembro 2011

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

- **Resolução do Governo que cria a Comissão Nacional para o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (Gabinete do Primeiro-Ministro)** - O Conselho de Ministros aprovou a Comissão Nacional que visa assegurar a execução dos projectos e actividades do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, instituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que tem como missão construir as políticas de divulgação, promoção e valorização da língua portuguesa. Assim, esta Comissão Nacional é composta por Benjamim Corte Real (Instituto Nacional de Linguística), Roque Rodrigues (Presidência da República), Crisódio Araújo (Ministério dos Negócios Estrangeiros), Maria de Fátima Soares (Externato São José) e Irene Morato (Escola Primária de Motael).
- **Exposição da Embaixadora de Israel para Timor-Leste residente em Singapura** - Amira Arnon, a Embaixadora de Israel em Singapura, numa breve exposição no Conselho de Ministros, falou das várias etapas que têm sido percorridas na luta pela independência, no sentido de reconhecer Israel e a Palestina como dois Estados independentes. Amira Arnon aproveitou para, de certa forma, fazer um paralelo entre a luta de Israel e a de Timor-Leste pela mesma causa, a da independência.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

## Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Setembro 2011

- **Decreto-Lei que aprova o Plano Curricular do Ensino Secundário Geral e respectivo regime de implementação (Ministério da Educação)** - Este Decreto-Lei consagra o Currículo Nacional do Ensino Secundário Geral ao mesmo tempo que determina as suas regras de implementação. Com a aprovação deste diploma, o IV Governo Constitucional atinge a importante meta de ter um Currículo Nacional para todo o ensino básico e secundário, promovendo o desenvolvimento de um sistema de ensino de qualidade, bem como a consolidação da identidade nacional.
- **Resolução do Governo relativa à Protecção do Património Cultural (Ministério da Educação)** - O Conselho de Ministros aprovou a Resolução do Governo que confere protecção legal ao património cultural. Esta resolução define um conjunto de mecanismos através dos quais se reconhece que cabe à Secretaria de Estado da Cultura e serviços sob a sua direcção, no Ministério da Educação, a tutela da sua gestão, assegurando o enquadramento legal indispensável à inventariação, gestão, protecção e valorização do património cultural do país.
- **Decreto-Lei que aprova o Regime de Emolumentos dos Registos e do Notariado (Ministério da Justiça)** - O Regime de Emolumentos dos Registos e do Notariado estabelece as regras aplicáveis e os montantes a pagar pela prática dos actos nos serviços dos registos e do notariado, de forma a fazer face aos custos do funcionamento dos serviços, onde não estão incluídos os custos de investimento do Estado. Assim, os actos praticados nos serviços dos registos e notariado ficam sujeitos a uma tributação emolumentar, sem prejuízo dos casos de gratuidade ou isenção nele previstos.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Setembro 2011

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

- **Decreto-Lei que aprova o Regime Geral das Actividades Publicitárias (Ministério do Turismo, Comercio e Indústria)** - O Regime Geral das Actividades Publicitárias prevê um conjunto de normas reguladoras da publicidade. Tendo em conta que a publicidade tem uma enorme importância, quer na actividade económica quer como instrumento que fomenta a concorrência, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto-Lei que protege e defende os consumidores, as suas expectativas, e que é benéfico para as empresas e para os seus clientes.
- **Decreto-Lei que aprova a Classificação das Actividades Económicas (Ministério do Turismo, Comercio e Indústria)** - Dada a importância da criação de um quadro normativo, a adoptar a nível nacional, apropriado para classificar as actividades económicas, o Conselho de Ministros aprovou a Classificação das Actividades Económicas (CAE). A CAE classifica as unidades produtoras de bens e serviços, segundo a actividade económica em diversos domínios, para a produção de estatísticas por actividade económica, tendo em vista elaboração de estudos, publicação de textos oficiais e outros fins envolvendo principalmente a administração pública.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Setembro 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2012 (Ministério das Finanças)** – o diploma engloba todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste e cobre o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2012. O total estimado das receitas de todas as fontes (petrolíferas, não petrolíferas, verbas dos parceiros de desenvolvimento e receitas não fiscais), do OGE para este período, é de \$2.259,4 milhões de dólares norte americanos. As dotações orçamentais, em dólares norte americanos, são as seguintes:

- 1 - \$140,1 milhões para Salários e Vencimentos;
- 2 - \$344,7 milhões para Bens e Serviços, dos quais \$30 milhões são afectos ao Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano;
- 3 - \$194,2 milhões para Transferências Públicas;
- 4 - \$30 milhões para Capital Menor;
- 5 - \$1.054,4 milhões para Capital de Desenvolvimento, dos quais \$746,2 milhões de dólares norte-americanos são afectos ao Fundo das Infra-estruturas.

O total das dotações orçamentais é, assim, de \$1.763,4 milhões de dólares norte-americanos. O IV Governo Constitucional, conforme as políticas que definiu, continua empenhado em desenvolver acções para transformar a economia baseada no petróleo numa economia não petrolífera e atrair investimento, essencial para o desenvolvimento e crescimento de Timor-Leste. Para tal, é condição *sine qua non* o desenvolvimento de áreas como as infra-estruturas e o capital humano. Em 2011, o IV Governo lançou o Plano Estratégico de Desenvolvimento, criou o Fundo das Infra-estruturas e o Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Setembro 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Resolução do Governo que aprova o Efectivo Autorizado para as FALINTIL/F-FDTL até 2020 (Ministério da Defesa e Segurança / Secretaria de Estado da Defesa)** - O Estudo “Força 2020” projectava cerca de 3000 efectivos, divididos proporcionalmente para as componentes Terrestre, Naval Ligeira e Apoio de Serviços e Comando das F-FDTL, não tendo sido consideradas as componentes de Formação e Treino, Apoio Aéreo, assim como a Unidade de Polícia Militar e de Operações Especiais. O Conselho de Ministros aprovou o efectivo máximo autorizado a atingir pelas F-FDTL, até 2020, em 3.600 homens/mulheres distribuídos da seguinte forma:

- Comando das F-FDTL Quartel-General: 174 (inclui 13 efectivos dos Compromissos Externos);
- Componente da Força Terrestre (CFT): 1343 (inclui 120 efectivos da Unidade de Operações Especiais);
- Componente da Força Naval Ligeira (CFNL): 989;
- Componente de Apoio de Serviços (CAS): 560;
- Componente de Formação e Treino (CFET): 250;
- Componente de Apoio Aéreo (CAA): 120
- Polícia Militar (PM): 164





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

## Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Setembro 2011

- **Decreto-Lei que aprova os Princípios e as Normas que regem os Hospitais do Serviço Nacional de Saúde (Ministério da Saúde)** - O Ministério da Saúde entendeu que o Estatuto Hospitalar, aprovado pelo Decreto-Lei nº1/2005, de 31 de Maio, necessita de ser reformulado de forma a fazer face à evolução do sector e às novas exigências que daí decorrem. Assim sendo, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto-Lei que estabelece um sistema de serviço público hospitalar bem articulado e funcional, com autonomia de gestão, eficiente e eficaz, capaz de assegurar um bom nível de prestação de cuidados hospitalares, com a perspectiva de desenvolvimento do sector a médio e longo prazo.
- **Resolução do Governo que Exonera Dois Membros do Conselho Directivo da Autoridade Nacional do Petróleo (Gabinete do Primeiro-Ministro/Secretaria de Estado dos Recursos Naturais)** - O Conselho de Ministros aceitou os pedidos de exoneração do cargo de Vogal do Conselho Directivo da Autoridade Nacional do Petróleo, Vicente da Costa Pinto e de Francisco da Costa Monteiro, reconhecendo o zelo, a diligência e o elevado profissionalismo com que exerceram as suas funções.
- **Resolução do Governo que nomeia o Presidente do Conselho de Administração e da Direcção Executiva da TIMOR-GAP – Timor Gás e Petróleo E.P. (Gabinete do Primeiro-Ministro/Secretaria de Estado dos Recursos Naturais)** - Reconhecendo a idoneidade e o percurso profissional de Francisco da Costa Monteiro, que potenciam a sua capacidade de direcção, o Conselho de Ministros aprovou a nomeação do mesmo para Presidente do Conselho de Administração e da Direcção Executiva da TIMOR-GAP – Timor Gás e Petróleo E.P.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Setembro / Outubro 2011

• O **Secretário de Estado da Defesa** apresentou ao **Conselho de Ministros** uma **proposta de nomeação e promoção de altos cargos militares das F-FDTL**. O Conselho de Ministros discutiu o assunto com seriedade e aprovou por unanimidade a nomeação e promoção dos seguintes militares:

- Promoção do **Brigadeiro-General Lere Anan Timor (Tito da Costa Cristovão)** a Major-General das F-FDTL, bem a sua nomeação como Chefe de Estado Maior General das F-FDTL;

- Promoção do **Coronel Tirocinado Filomeno da Paixão de Jesus** a Brigadeiro-General, bem como a sua nomeação como Vice-Chefe Estado Maior General das F-FDTL;

- Nomeação do **Coronel Falur Rate Laek (Domingos Raul)** para o cargo de Chefe de Estado Maior das F-FDTL, em acumulação com as funções da Comandante da Componente de Formação e Treino.

• **Decreto-Lei que regula o Sector Downstream (Gabinete do Primeiro-Ministro/Secretaria de Estado dos Recursos Naturais)** – o diploma submetido pela Secretaria de Estado dos Recursos Naturais e pela Autoridade Nacional do Petróleo (ANP), aprova o regime jurídico geral aplicável ao licenciamento de actividades relativas ao fornecimento, processamento, transporte, armazenamento, comercialização e *marketing* de petróleo, produtos petrolíferos e produtos similares, vulgarmente identificadas como actividades de *downstream*. Este Decreto-Lei regula também as competências e poderes da ANP nesta matéria e na supervisão do sector de *downstream*, bem como as regras de inspecção e fiscalização destas actividades e o respectivo regime sancionatório.

AIDMEMOIRE

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros







SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Outubro 2011

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011. Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

- **Resolução do Governo que aprova o Contrato de Cessão de Exploração de Arrendamento do Hotel Timor (Ministério da Economia e Desenvolvimento)** - A Fundação Oriente apresentou ao Estado uma proposta de extensão do arrendamento e da exploração comercial do Hotel Timor, em simultâneo com uma proposta de reinvestimento para a expansão do mesmo, propondo a construção de um edifício anexo ao principal, aumentando a capacidade e a qualidade da oferta do referido hotel. Tendo em conta que o Estado está interessado no desenvolvimento do mencionado edifício, bem como da sua unidade hoteleira, o Conselho de Ministros aprovou a minuta do contrato de cessão de exploração e arrendamento do Hotel Timor por mais 15 anos.
- **Decreto-Lei que aprova os Benefícios a Conceder ao Ex-Chefe de Estado-Maior General das Falintil - Forças de Defesa de Timor-Leste (Gabinete do Primeiro-Ministro)** – A Secretaria de Estado da Defesa propôs, e o Conselho de Ministros aprovou, o Decreto-Lei que aprova os benefícios a conceder aos Ex-Chefes de Estado-Maior-General das F-FDTL, reconhecendo os sacrifícios pessoais em prol de um melhor futuro para Timor-Leste e de tudo quanto deram ao seu Povo.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Outubro 2011

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Resolução do Governo que Nomeia o Presidente do Conselho de Administração da RTTL (Secretaria de Estado do Conselho de Ministros)** - A Secretaria de Estado do Conselho de Ministros, entidade responsável pela tutela dos órgãos de comunicação social do Estado, apresentou ao Conselho de Ministros a proposta que nomeia o Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Timor-Leste. Assim sendo, o Conselho de Ministros, tendo em conta a reconhecida capacidade técnica e profissional, nomeadamente na área da comunicação social e a necessidade de consolidar os órgãos sociais da empresa, aprovou a nomeação de Expedito Dias Ximenes como Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Timor-Leste, E.P.

• **Decreto-Lei que aprova a 1ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2010, de 21 de Junho, sobre Assistência Médica no Estrangeiro (Ministério da Saúde)** - O Decreto-Lei n.º 9/2010, de 21 de Junho, que regula a Assistência Médica no Estrangeiro, prevê que o pagamento das despesas associadas cabe ao Ministério da Saúde. Tendo em conta que todas estas despesas representam, para além dos gastos ligados directamente ao pagamento de cuidados de saúde, custos com alojamento, alimentação e viagem, vistos e emissão de passaportes, o Governo entende que o pagamento destas despesas obedece não só a exigências de serviço público de assistência médica, mas também de assistência e apoio social.

Deste modo, o Conselho de Ministros aprovou a alteração do artigo 13.º, que passa a permitir que, mediante pedido fundamentado do Ministério da Saúde, o Ministério da Solidariedade Social, na medida das suas disponibilidades financeiras, proceda conjuntamente a esse financiamento.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

**Outubro 2011**

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

- **Tolerância de Ponto (Gabinete do Primeiro-Ministro)** - Uma vez que o Dia de Todos-os-Santos, dia 1 de Novembro, e o Dia dos Fiés Defuntos, dia 2 de Novembro, são feriados nacionais, o Conselho de Ministros decidiu conceber tolerância de ponto, por forma a permitir aos funcionários o regresso dos distritos para o seu local de trabalho. Assim, é concedida tolerância de ponto no dia 3 de Novembro de 2011, Quinta-feira, no período da manhã.
- **Aprovação de um Voto de Solidariedade e Pesar (Gabinete do Primeiro-Ministro)** - Tendo em conta o recente sismo na Turquia, e as chuvas torrenciais que deixaram um rasto de morte e destruição neste país, assim como na Tailândia, Filipinas, Itália, Vietname, Nicarágua, Guatemala e Cambdja, o Conselho de Ministros em acto de solidariedade e fraternidade decidiu aprovar um Voto de Solidariedade e Pesar para com todas as vítimas e familiares destes destes desastres naturais.
- **Decreto-Lei que Aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária (Ministério da Educação)** - O IV Governo Constitucional, sensível à necessidade da existência de quadros timorenses de qualidade no Ensino Superior que estimulem o desenvolvimento económico, social e cultural da Nação, considera importante a implementação de um quadro legal que regule as instituições de ensino superior e a carreira especial de docência e investigação nessas Instituições. Assim, este diploma estabelece os direitos e obrigações dos que desejem seguir uma carreira profissional docente, compensando o valor do seu trabalho de acordo com a dedicação e esforço em benefício da Universidade.





SECRETARIA  
DE ESTADO DO  
CONSELHO DE  
MINISTROS

# Sumário das Decisões e Intenções do Conselho de Ministros

Outubro 2011

**AIDMEMOIRE**

Aid Memoire Colectânea 2011 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

• **Proposta de Lei de Autorização Legislativa em Matéria Ambiental (Ministério da Economia e Desenvolvimento)** - Timor-Leste, enquanto Estado insular e costeiro, dispõe de grande diversidade ambiental e marinha, com uma fauna e flora próprias que devem ser protegidas e conservadas pelo Estado. As soluções propostas neste diploma tiveram em consideração os princípios gerais de proteção do ambiente, os diversos instrumentos internacionais já ratificados por Timor-Leste e as particulares circunstâncias económicas, socioculturais e de insularidade do País. Esta Proposta de Lei foi elaborada com o suporte técnico do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e contou com a realização de um processo de consulta pública junto das entidades governamentais relevantes e de organizações não-governamentais.

• **Decreto-Lei que aprova o Regime Jurídico do Ensino Técnico-Vocacional (Ministério da Educação)** - O IV Governo Constitucional defende o desenvolvimento da formação profissional e profissionalizante como uma das formas de modernizar a educação em Timor-Leste. Este desenvolvimento passa pelo apoio à implementação de uma rede de escolas profissionais, de iniciativa local, com aproveitamento articulado dos recursos disponíveis nos vários departamentos do Estado. Os objectivos e programas de formação a desenvolver nas escolas profissionais têm em conta as normas e padrões internacionais, directamente relacionados com os níveis de aprendizagem alcançados, sem prejuízo de eventuais ajustamentos que se revelem necessários durante um período de transição.

